



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

256

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 325.315-8**

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravado: Maria José Barbosa da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**Ementa:** Processual Civil. Recurso de Agravo. Ação de Indenização Securitária. Competência da Justiça Estadual. Súmula e Precedentes deste Tribunal. Inépcia da inicial, carência da ação, ilegitimidade ativa e denunciação a lide do agente financeiro rejeitadas. Inocorrência De Prescrição. Incidência do Cdc. Ônus Probatório a ser custeado pela seguradora. Agravo A Que Se Nega Provimto.

1- Preliminares de ilegitimidade passiva por interesse da União e da Caixa Econômica, gerando a competência da Justiça Federal para o feito, inépcia da inicial, carência da ação, ilegitimidade ativa, denunciação a lide do agente financeiro e prescrição rejeitadas.

2- Na ação de indenização securitária decorrente de seguro habitacional, não há interesse jurídico a autorizar a intervenção da Caixa Econômica Federal - CEF como assistente da Seguradora. Súmula nº 94 do TJ-PE. Mesmo após a edição da Medida Provisória nº 513/2010, convertida na lei nº 12.409/2011, esta Corte de Justiça vem se manifestando pela competência da Justiça Estadual para apreciação da presente demanda.

3- Impossível se aferir com precisão o início da ocorrência de danos aos imóveis, danos estes contínuos e permanentes. Inaplicável a prescrição anual à presente lide.

4- Incabível a arguição de inépcia, pois inexistentes, na petição inicial, vícios a obstarem a compreensão da causa, nem tampouco, desatendimento aos requisitos do art. 282 do CPC. Ademais, é através da prova pericial, a ser elaborada, que se mensurará a extensão dos danos e o quantum indenizatório referente a cada imóvel.

5- Considerando o objeto da lide envolver ação de indenização securitária acertado o procedimento do juiz singular em limitar a produção probatória à análise pericial definidora da existência ou não dos vícios construtivos alegados na ação, ressaltando tal pleito ter sido formulado pela seguradora, sendo desnecessária prova oral para tal finalidade.

6 - Agravo a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo no Agravo de Instrumento nº **325.315-8** em que figuram como agravante Sul América Companhia Nacional de Seguros e como agravado Maria José Barbosa da Silva, por unanimidade, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco em **negar provimento ao agravo**, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife,  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 325.315-8**

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravado: Maria José Barbosa da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

O feito originário trata de ação de indenização securitária proposta por Maria José e outros contra a Sul América, em razão de vícios apresentados na estrutura física de imóveis adquiridos com fundos provenientes do Sistema Financeiro de Habitação.

Na decisão agravada (fls. 94/105), o juízo singular afastou as preliminares arguidas, determinou a produção probatória através de perícia a ser custeada pela seguradora ré, por ter requerido prova pericial na contestação, e nomeou perito para o feito.

**Este juízo proferiu decisão terminativa (fls. 708/714), objeto do presente recurso, no sentido de negar seguimento ao agravo da Sul América entendendo competir à seguradora custeá-la e rejeitando as preliminares apreciadas.**

**Contra tal decisão, interpõe a Sul América o presente recurso de agravo**, reproduzindo alegações constantes do Agravo apenso, no tocante ilegitimidade passiva e competência da Justiça Federal para processar o feito, inépcia da inicial, carência da ação, ilegitimidade ativa, denúncia a lide do agente financeiro, prescrição da pretensão ressarcitória dos segurados, e cerceamento de defesa a ponto de obstar a inversão do ônus probatório.

Ao final, requer seja exercido o juízo de retratação, com consequente revogação da decisão recorrida; não havendo reconsideração, requer o julgamento Colegiado do recurso em apelo, de modo a reformar a decisão terminativa.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife,

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**

Desembargador Relator



26a  
1

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 325.315-8**

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravado: Maria José Barbosa da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO**

Por não exercer o juízo de retratação, apresento os presentes autos para julgamento.

De início, vislumbro serem as razões do presente recurso semelhantes àquelas lançadas no bojo do agravo de instrumento. Logo, não merecem prosperar.

Desse modo, a questão foi amplamente explorada na decisão terminativa agravada, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos, que passo a reiterá-los pontualmente:

Apreciação dos pontos versados no agravo:

(...)

**Análise da Preliminar do Agravo da Sul América:  
Competência da Justiça Federal para Processar o  
feito - Interesse da Caixa Econômica Federal.**

*Em preliminar a agravante postula a remessa dos autos à Justiça Federal, tendo em vista a existência de interesse da Caixa Econômica Federal no feito.*

*A questão posta cinge-se em saber se compete à Justiça Federal ou Estadual processar e julgar as ações de indenização securitária vinculada ao Sistema Financeiro da Habitação e se há interesse da Caixa Econômica Federal e da União na demanda.*

*A competência da Justiça Federal determina-se em razão da pessoa (ratione personae), nos termos do art. 109, inciso I, da Constituição Federal. Sendo obrigatória a intervenção da Caixa Econômica Federal (empresa pública federal) no feito, seja como autora, ré, assistente ou oponente, a competência é da Justiça Federal.*

*A assistência é modalidade de intervenção de terceiro que pressupõe a existência de interesse jurídico. O interesse jurídico do terceiro consubstancia-se numa relação jurídica mantida com o assistido, a qual poderá ser afetada a depender do julgamento da causa. A intervenção do assistente no processo é facultativa. A lei não impõe a participação do assistente no processo.*

*No tocante à questão material discutida na origem - indenização securitária decorrente de seguro habitacional, não há interesse jurídico a autorizar a intervenção da Caixa Econômica Federal como assistente da Seguradora.*

*No caso em apreço, a ação originária versa sobre pedido de indenização securitária com fundamento em Cobertura da Apólice Habitacional contratada junto à instituição seguradora, pessoa jurídica de direito de privado.*

*O seguro, contrato acessório no financiamento imobiliário, envolve apenas a Seguradora e os segurados. A responsabilidade por essa relação securitária diz respeito tão somente à Seguradora.*

*A Caixa Econômica Federal – CEF passou a ser a gestora do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, com a edição da Portaria nº 243, de 28 de julho de 2000, pelo Ministério da Fazenda. A ela é atribuída a administração dos recursos provenientes do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS e o controle do recebimento dos prêmios e o pagamento das indenizações (art. 5º, I e III, da Portaria nº 243, de 28 de julho de 2000).*

*Os objetivos básicos do FCVS é garantir o equilíbrio do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, permanentemente e a nível nacional, e quitar, junto aos agentes financeiros, os saldos devedores remanescentes de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação (Lei nº 7.682/88, art. 1º).*

*Acontece, porém, que as indenizações do seguro habitacional – SH são pagas com recursos próprios, sendo registrados em uma conta específica denominada Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguro Habitacional – FESA, subconta do FCVS.*

*O Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguro Habitacional – FESA é constituído por capital privado, proveniente dos prêmios pagos pelos mutuários do Sistema Financeiro Habitacional. Os recursos carreados ao FESA são, pois, de natureza privada, não havendo qualquer vinculação com o erário.*

*O FESA permanece autônomo, pois os seus recursos não se comunicam contabilmente com os recursos do FCVS. Não se pode confundir, pois, os recursos do FESA com os do FCVS.*

*Na origem, os agravados pretendem indenização securitária sem qualquer comprometimento dos recursos do FCVS, cujo destino é, primordialmente, a cobertura de eventuais saldos devedores residuais dos contratos de financiamento de imóvel pelo Sistema Financeiro de Habitação.*

*A Caixa Econômica Federal - CEF é mera administradora do seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação. Controla, supervisiona e define as diretrizes dos fundos financeiros com o objetivo de manter a higidez do sistema financeiro da habitação no país.*

*Depreende-se, assim, que a CEF não tem interesse jurídico na presente demanda, pois não mantém relação jurídica com a Seguradora que possa ser afetada pelo julgamento da causa. A eventual procedência dos pedidos formulados pelos apelados na petição inicial não irá afetar os recursos do FCVS ou o erário.*

*Em relação ao enunciado de súmula 150 do STJ, segundo o qual "compete à justiça federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da união, suas autarquias ou empresas públicas", de ser dito que não impede o afastamento da alegação de interesse da CEF ou da União, quando sem fundamentação razoável do ponto de vista jurídico, ou por absoluta impossibilidade física (ver Theotonio Negrão, Código de Processo Civil, 34ª ed. p. 49).*

*Ademais, os enunciados de súmula dos Tribunais Superiores não possuem eficácia vinculante, ressalva-se apenas a súmula vinculante, criada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, cuja competência para a edição, revisão e cancelamento é exclusiva do STF.*

*Esses mesmos fundamentos valem para o enunciado de súmula 327 do STJ, segundo o qual "nas ações referentes ao Sistema Financeiro*

da Habitação, a Caixa Econômica Federal tem legitimidade como sucessora do Banco Nacional da Habitação.

750  
1

*Acrescento apenas que a súmula nº. 327 do STJ se aplica aos casos nos quais se discute o contrato de financiamento, suas cláusulas, reajuste das prestações, execução hipotecária etc<sup>1</sup>. Não incide naqueles casos nos quais se pretende indenização securitária, como é o dos autos.*

*É dominante o entendimento jurisprudencial segundo o qual a Caixa Econômica Federal, sendo mera administradora de fundo de seguro habitacional, cujo montante deve ser repassado à seguradora, não tem interesse jurídico na ação de indenização securitária.*

*Confira o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:*

**REGIMENTAL. SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. SÚMULA 7. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 283 E 284/STF.**

**- Nas ações em que se discute contrato de seguro adjecto ao mútuo hipotecário, a competência para o respectivo processo e julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Precedentes. - Se o acórdão recorrido concluiu, com base na prova e na interpretação do contrato de seguro, que os danos sofridos por imóveis estão inseridos na cobertura reclamada, o STJ não pode rever tal conclusão (Súmula 7). (AgRg no REsp 811069/PR, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2007, DJ 12/12/2007 p. 416)(grifos)<sup>2</sup>**

*A ministra Nancy Andrighi do Superior tribunal de Justiça assim se manifestou no Agravo de Instrumento nº. 1.068.876:*

*"... Nas ações em que se discute contrato de seguro adjecto ao mútuo hipotecário, a competência para o respectivo processo e julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Precedentes" (STJ - AI nº. 1.068.876 - SC; Rel. Nancy Andrighi; publicado em 03/12/2008, julgado em 27/11/2008).*

*O TJPE tem jurisprudência iterativa nesse sentido, a saber:*

**"AGRAVO. ART. 557, §1º, CPC. CIVIL. SEGURO. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. COMPETÊNCIA. CAIXA SEGURADORA. AGRAVO IMPROVIDO.- O Colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou quanto à competência da Justiça Estadual para processar e julgar os processos cujo objeto sejam pretensões securitárias, nos quais figure como parte a Caixa Seguradora S/A, nova denominação da SASSE - Cia Nacional de Seguros Gerais, pessoa jurídica de direito privado, que não tem prerrogativa de litigar na Justiça Federal (STJ, CC**

<sup>1</sup> Consulte os precedentes que deram origem ao enunciado de súmula 327 do STJ: (AgRg no REsp 155706/PE, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/05/2000, DJ 26/06/2000 p. 137), (REsp 97943/BA, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2001, DJ 18/02/2002 p. 280), (REsp 163249/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2001, DJ 08/10/2001 p. 191), (REsp 191940/RS, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/03/1999, DJ 03/05/1999 p. 104), (REsp 271339/BA, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 05/10/2000, DJ 20/11/2000 p. 303) (REsp 289155/RJ, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 05/04/2001, DJ 04/06/2001 p. 160), (REsp 295370/BA, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/02/2002, DJ 18/03/2002 p. 177).

<sup>2</sup> No mesmo sentido: **CC 18.249/RS**, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/12/1996, DJ 18/02/1997 p. 2361). **CC 18198/RS**, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/1997, DJ 29/09/1997 p. 48105). (**CC 21.412/RS**, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/06/1998, DJ 08/09/1998 p. 4).

46.309/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23.02.2005, DJ 09.03.2005 p. 184).- Por outro lado, **não há interesse jurídico que justifique a participação da Caixa Econômica Federal ou da União Federal, como litisconsortes ou terceiros intervenientes, uma vez que não é objeto da lide primitiva qualquer controvérsia acerca do contrato de financiamento imobiliário mantido com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, mas apenas a pretensão resistida de haver a cobertura dos danos sinistrados pela companhia seguradora**" (Recurso de Agravo nº. 146253-9/01; Rel. Frederico Ricardo de Almeida Neves, 1ª Câmara Cível, julgado 3/6/2008)<sup>3</sup>.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região tem esse mesmo entendimento, a saber:

**"SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DE VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. CONTRATO DE SEGURO. ILEGITIMIDADE DA CEF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. 1. (...)**

**2. Nos casos, como o presente, em que se postula indenização decorrente de vício de construção, a presença da CEF não se justifica, porquanto inexistentes efeitos reflexos sobre o financiamento contratado, acarretando, por conseguinte, despicienda a tramitação da demanda na Justiça Comum Federal.**

**3. O Seguro Habitacional - é certo - é administrado pela Caixa e constitui cláusula obrigatória nos contratos firmados no âmbito do SFH. Não obstante, é formado a partir do pagamento efetuado pelos mutuários juntamente com a prestação, não envolvendo recursos públicos.(...)"** (Agravo de Instrumento nº. 85946; Relª. Joana Carolina Lins Pereira; 2ª Turma; julgado em 08/04/2008; publicado no DJ em 28/04/2008, p. 404 - nº 80)<sup>4</sup>.

**Ademais, restou sumulado em 02/10/2009 neste Tribunal ser da Justiça Estadual a competência para apreciar ações envolvendo seguro habitacional, verbis:**

**Súmula 94. A Justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional.(grifos)**

Mesmo após a edição da Medida Provisória nº 513/2010 convertida na lei nº 12.409/2011 esta Corte de Justiça vem se manifestando pela competência da Justiça Estadual para apreciação da presente demanda, consoante se infere dos julgados abaixo transcritos:

**EMENTA - RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 557 DO CPC. LEI 12.409/2011. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. DEMANDA SECURITÁRIA. COMPETÊNCIA ESTADUAL. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. - (...)- O advento da Lei n.º 12.409/2011 não afasta a competência da Justiça Comum para a prestação jurisdicional. Isso porque inexistente interesse jurídico da CEF, já que a lide diz respeito a contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo. (...). Recife, 18/10/2011. Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves - Relator**

<sup>3</sup> No mesmo sentido: (Recurso de Agravo nº. 159015-4/01; Rel. Antenor Cardoso Soares Junior; 1ª Câmara Cível; julgado em 22/1/2008), (Agravo de Instrumento nº. 146808/4; Rel. Bartolomeu Bueno; 3ª Câmara Cível, julgado em 17/1/2008), (Agravo de Instrumento nº. 169353-2; Rel. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes; 2ª Câmara Cível; julgado em 13/8/2008), (Recurso de Agravo nº. 146143-8/01; Rel. Bartolomeu Bueno; 3ª Câmara Cível; julgado em 28/2/2008), (Recurso de Agravo nº. 158970-6/01; Rel. Eduardo Augusto Paura Peres; 6ª Câmara Cível; julgado em 22/1/2008), (Recurso de Agravo nº. 155642-5/01; Rel. Antenor Cardoso Soares Junior; Relator para o acórdão Itamar Pereira da Silva Júnior; 1ª Câmara Cível; julgado em 22/1/2008).

<sup>4</sup> No mesmo sentido: (Agravo de Instrumento nº. 84182 - TRF5ª; Rel. Luiz Alberto Gurgel de Faria, 2ª Turma; julgado em 29/07/2008; publicado no DJ em 20/08/2008, p. 204, nº 160).

E mais:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. APÓLICE DO SH/SFH. **COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL**. VALOR DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. INDICAÇÃO DO NOME E ENDEREÇO DO PERITO: DESNECESSIDADE. EXORBITÂNCIA: INOCORRÊNCIA. PAGAMENTO APÓS A SENTENÇA FINAL: IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. JULGAMENTO UNÂNIME. Não sendo parte na demanda nenhum dos entes elencados no art. 109, I, da Constituição Federal, não há que se falar em competência da Justiça Federal para julgar ação securitária. **A admissão da participação de terceiro como assistente simples está condicionada, para além do requerimento, à demonstração inequívoca de seu interesse jurídico na causa, sendo certo que o interesse meramente econômico não oportuniza a assistência.** (...)(20794320078171590 PE 0020474-61.2011.8.17.0000, Relator: **Frederico Ricardo de Almeida Neves**, Data de Julgamento: **11/04/2012**, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 78/2012)<sup>5</sup>(grifos)

Por fim, destaco recentes decisões demonstrando haver posição firme deste Tribunal a respeito da **competência da Justiça Estadual** para julgar as causas envolvendo a ação de indenização securitária provenientes do SFH, verbis:

EMENTA: Civil e Processual Civil - **Seguro Habitacional** - Agravo - Decisão Monocrática Terminativa - Agravo de Instrumento - **Indenização Securitária** - **Competência da Justiça Estadual** - **Restaurada a Jurisprudência do STJ que fixa a competência da Justiça Estadual para casos desse iaez** - O presente recurso não trouxe novos argumentos que tivesse o condão de modificar a decisão agravada. Recurso não provido. Decisão unânime. Agravo Regimental nº 278998-2/02. Relator: Des. Silvio de Arruda Beltrão. Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível. Data: 18/10/2012.<sup>6</sup>(grifos)

Dessa forma, patente a competência da Justiça Estadual para processar e julgar a ação de indenização securitária, motivo pelo qual **rejeito** a presente questão preliminar.

(...)

### **Análise da preliminar do agravo da sul américa: inépcia da inicial**

Não há vícios na petição inicial do presente feito que impeça a **intelecção da causa**, nem tampouco, restaram desrespeitados os requisitos do artigo 282 do CPC.

Quanto à questão em evidência já se manifestou o Tribunal de Justiça de São Paulo, nos seguintes termos:

**Não se vislumbra, portanto, hipótese de inépcia** ou de falta de pressuposto de regularidade processual, valendo lembrar que, em demandas como a dos autos, **a produção da prova pericial é que realmente esclarecerá sobre a dimensão dos danos e o valor indenizatório relativo a cada imóvel.** (...) Demasia ainda não será conferir entendimento deste Egrégio Sodalício, em ementa de

<sup>5</sup> No mesmo sentido: 230641120118170000 PE 0001311-61.2012.8.17.0000, Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Data de Julgamento: 31/01/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/201248862920118170480; 0020202-67.2011.8.17.0000, Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Data de Julgamento: 10/01/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 1464906420118170370; 0017906-72.2011.8.17.0000, Relator: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 08/11/2011, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 214/2011.

<sup>6</sup>No mesmo sentido: Areg 252109-5/01. Relator: Des. Stênio Neiva Coelho. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Data: 18.10.12.

acórdão relatado pelo Desembargador Salles Rossi, cujo voto está xerocopiado a fl. 732:

**"EMENTA - SEGURO HABITACIONAL - INDENIZAÇÃO - Defeitos de construção - Danos físicos no imóvel - Pedido juridicamente possível - Inicial que preenche os requisitos do artigo 282 do CPC - Autor descreveu os danos apresentados no imóvel - Indicação específica ou técnica dos danos existentes será feita pela perícia (que dirá, inclusive, se os defeitos são da construção ou não) - Carência da ação e inépcia**

**da inicial afastadas - Feito que deve ter regular prosseguimento, com a realização da prova pericial pela qual já protestou o autor - Sentença anulada - Recurso providos."**(Apelação cível n. 518.033.4/7-00; data julg. 22/11/2007).

Apelação nº 994.09.042766-1. Sebastião Carlos Garcia. 6ª Câmara de Direito Privado. 19 de agosto de 2010.(grifos)

Desse modo, **rejeito** a preliminar.

### **Análise da preliminar do agravo da Sul América: carência da ação**

Pretende a agravante serem os agravados carecedores de ação em decorrência de já ter ocorrido a quitação do contrato de financiamento, ocasionando a extinção do contrato de seguro.

Não prospera o pleito da seguradora, pois estaria desvirtuando a própria finalidade do contrato de seguro que visa garantir os proprietários na ocorrência de vícios futuros no bem.

Ao apreciar questão semelhante o Tribunal de Justiça de São Paulo assim se manifestou:

**A alegada falta de interesse processual, em face da quitação dos contratos junto ao agente financeiro, não constitui óbice para o recebimento da indenização postulada no âmbito da presente ação, já que não extingue a responsabilidade da seguradora por danos contínuos no imóvel.**

Nesse sentido, julgado da 10ª Câmara de Direito Privado, extraído dos autos da Apelação Cível n. 549.598-4/6, que teve como Relator o Desembargador OCTAVIO HELENE, que em tudo se enquadra à controvérsia posta em sede do presente recurso.

Confira-se a ementa:

**"SEGURO - Habitacional - Indenizatória por prejuízos sofridos em face do sinistro no imóvel segurado - Extinção da ação amparada em entendimento de extinção da relação jurídica entre as partes, em razão de quitação do financiamento - Descabimento - Quitação do financiamento que, entretanto, não extingue a responsabilidade da seguradora por danos que ocorrem de forma contínua e em espaço lapso temporal - Cobertura da seguradora emerge-se do próprio contrato, sendo irrelevante a sua quitação pelos mutuários, visto que a sua responsabilidade deve se estender até o limite prescricional - Recurso provido, para anular a r. sentença e determinar o prosseguimento do feito no Juízo de origem."**

Por tudo isso, escorreita a r. decisão agravada ao afastar as preliminares argüidas na defesa da ora agravante, o que ora se ratifica.

(Trecho do voto no Agravo de Instrumento nº 990/02038815. Relator: Salles Rossi. Órgão julgador: Oitava Turma Cível. Data do julgamento: 30/06/2010. Data de registro: 07/07/2010.(grifos)

Pelas razões expostas, **rejeito** a preliminar.



752

**Análise da preliminar do agravo da Sul América:  
Ausência De Interesse De Agir Por Não Haver  
Aviso Do Sinistro**

Pretende a agravante ser a agravada carecedora de ação por falta de interesse de agir em decorrência de não haver aviso do sinistro.

Não prospera o pleito, tendo o Tribunal de Justiça de São Paulo refutado essa tese ao apreciar questão semelhante, nos seguintes termos:

**Ementa:** SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - Invalidez do mutuário - Existência de contrato conexo de seguro com cobertura do saldo devedor - Seguradora que paga o saldo devedor existente no momento da comunicação do sinistro que deu origem à invalidez - Denúnciação da lide à empresa seguradora - Extinção do processo sem resolução de mérito quanto à financiadora - Legitimidade passiva da seguradora - **Inexistência de carência de ação por falta de comunicação do sinistro diretamente à seguradora nos contratos regidos pelo SFH - Desnecessidade de esgotamento da via administrativa - Comunicação suprida pela citação** - Agravo Retido - Cerceamento de Defesa - Análise em sede de apelação de decisão interlocutória não veiculada em agravo retido - Impossibilidade - Mérito - Benefício da aposentadoria por invalidez deferido pelo órgão previdenciário - Indeferimento da produção de prova pericial - Reconhecimento da condição de invalidez permanente por meio do deferimento da aposentadoria por invalidez - Presunção - Quitação, sem ressalvas, quanto à existência de saldo devedor - Condenação direta da litisdenunciada - Possibilidade - Manutenção da sentença a quo - Recursos improvidos. Apelação 0283413-15.2009.8.26.0000. **Relator(a):** Francisco Loureiro **Órgão julgador:** 4ª Câmara de Direito Privado **Data do julgamento:** 25/02/2010(grifos)

E mais:

**Ementa:** PROCESSO - INDEFERIMENTO DA INICIAL - SEGURO HABITACIONAL - AUSÊNCIA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À CONSTITUIÇÃO E REGULAR DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO - INSUBSISTÊNCIA - PRESCINDIBILIDADE DE FOTOS E LAUDOS - DEFEITOS ESTRUTURAIS - ESPECIFICAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO COM REFLEXO NO VALOR DA CAUSA - NECESSIDADE DE PROVA TÉCNICA CAPAZ DE DEMONSTRAR E MENSURAR O DANO - **AUSÊNCIA DE AVISO DE SINISTRO - FALTA IRRELEVANTE EM FACE DO DIREITO DE AÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO DIREITO DE DEFESA** - DECRETO DE EXTINÇÃO-?=<sup>^</sup> RECURSO PROVIDO, PARA AFASTAR A/ SENTENÇA E DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS PARA SEUS ULTERIORES(TERMOS).

Apelação 9190467-02.2008.8.26.0000. **Relator(a):** Oscarlino Moeller **Órgão julgador:** 5ª Câmara de Direito Privado **Data do julgamento:** 19/11/2008.(grifos)

E ainda:

**Ementa:** SEGURO HABITACIONAL -(...). Além disso, ausência de aviso do sinistro à seguradora não gera falta de interesse de agir, por se tratar de dano variável; pedido juridicamente possível, posto que amparado pelo ordenamento jurídico; (...).

Apelação 9197970-11.2007.8.26. **Relator(a):** Paulo Alcides **Órgão julgador:** 1ª Câmara de Direito Privado **Data do julgamento:** 13/05/2008. (grifos)

Pelas razões expostas, **rejeito a preliminar**

## **Análise da preliminar do agravo da Sul América: Ilegitimidade Ativa Da Demandante Para A Causa**

*Defende a seguradora agravante a ilegitimidade ativa da demandante/agravada.*

*Ora, sendo a agravada proprietária do imóvel objeto da cobertura securitária não há sentido o pleito da seguradora, guardando esta relação direta com o bem imóvel objeto da lide, conforme atestam os documentos de fls. 188/195.*

*Destaco tal matéria encontrar-se sumulada neste Tribunal:*

**Súmula 59.** *Nas ações de seguro habitacional em que se pleiteia recuperação de sinistro de danos físicos no imóvel, o beneficiário do seguro pode ser o mutuário, o cessionário, seus sucessores ou dependentes, na forma da lei civil.*(grifos)

*Dessa forma, não há como ser acolhida a questão formulada.*

## **Análise da preliminar do agravo da Sul América: Denúnciação A Lide Do Agente Financeiro**

*Não há dúvidas quanto à responsabilidade da seguradora apelante pelo evento descrito nos autos, possuindo relação direta com os mutuários para garantir a higidez dos edifícios, inexistindo razão para chamar ao feito nem o agente financeiro nem a construtora, sob pena de gerar maior óbice a continuidade e celeridade no deslinde da causa.*

*Há reiterada manifestação desta Corte sobre a questão, verbis:*

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH). INTERVENÇÃO DA CEF. DENEGADA. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA. NEGATIVA DE PROVIMENTO. (...).** A seguradora ré é parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda indenizatória em tela, posto que o seguro contratado, embutido no financiamento imobiliário, envolve tão-somente o recorrente e os segurados. Indeclinabilidade da cobertura securitária, ainda que se trate de vício de construção, entendimento incontroverso nesta seara recursal, e responsabilidade pelo pagamento de despesas com aluguéis, inteligência dos enunciados das súmulas 57 e 58 deste Tribunal de Justiça. - Consoante literal disposição legal (art. 3º, § 2º do CDC), tem aplicação as normas consumeristas. Outrossim, tanto os valores atribuídos a título de indenização, como o montante referente à multa decendial, devem ser pagos aos segurados. **Não fere os princípios da economia processual e da celeridade o indeferimento de denúnciação da lide ou o chamamento ao processo, ao reverso, tais institutos poderiam provocar óbice ao andamento da causa, e não se prestariam a eximir a responsabilidade da seguradora, que pode exercitar seu direito de regresso ulteriormente, caso assim entender. (...)**

Recurso de Agravo nº 185720-3/01. Relator: Antenor Cardoso Soares Junior. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Data: 11/8/2009

*E mais:*

*Quanto a denúnciação à lide da Construtora dos Imóveis dos autores, também não prospera o argumento ora suscitado. Conforme se depreende da leitura da exordial, a pretensão deduzida em primeiro grau de jurisdição é de natureza exclusivamente securitária, a partir da resistência da seguradora em pagar valores devidos, mesmo diante da verificação concreta do sinistro.*

453  
1

Inexiste pretensão contra a construtora dos imóveis, o que se pretende é a efetivação das disposições contidas no contrato de seguro. Precedentes desde Tribunal: Agravo de Instrumento nº 89033-9, 3ª Câmara Cível, Rel. Sílvio de Arruda Beltrão, DJ 15.10.2005.

Por outro lado, não há óbice para a propositura de ação de regresso por sub-rogação, uma vez vencida a seguradora e reconhecido definitivamente o sinistro, contra quem for apurado responsável pelos danos causados ao imóvel.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0174394-6 RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres. SEXTA CÂMARA CÍVEL. 23 de outubro de 2008

Dessa forma, **rejeito** a preliminar formulada.

### **Análise da preliminar do agravo da Sul América: Prescrição**

Defende a seguradora ser de um ano a prescrição para o segurado promover a presente ação contra o segurador.

Este Tribunal já apreciou e rechaçou a prescrição anual para a hipótese, consoante se infere do precedente abaixo colacionado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. COBRANÇA DE VERBA SECURITÁRIA. CONTRATO DE SEGURO HABITACIONAL. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL REJEITADA. INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL OU DA UNIÃO NÃO CONFIGURADO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA INACOLHIDA. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO, SOB O FUNDAMENTO DE AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA DE EXTINÇÃO DO CONTRATO AO TEMPO DO SINISTRO, NÃO CONHECIDA. CONFUSÃO COM O MÉRITO RECURSAL. **PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO ANUAL DO DIREITO DE AÇÃO IGUALMENTE REJEITADA.** MÉRITO: COMPROVADA EXISTÊNCIA DE VÍCIOS COMPROMETEDORES DA HABILIDADE DO IMÓVEL SEGURADO. RISCO DE DESABAMENTO. NECESSIDADE DE IMEDIATA DESOCUPAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO FAVORÁVEL AO MUTUÁRIO CONSUMIDOR. PREVISÃO CONTRATUAL PARA PAGAMENTO DE ALUGUÉIS E ENCARGOS CONDOMINIAIS. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO INDISCREPANTE" (Agravo de Instrumento 139469-6, 4ª Câmara Cível, rel. Des. Jones Figueirêdo, j. 3/8/2006).(grifos)

Pela mesma via o Tribunal de São Paulo já se manifestou sobre a matéria, verbis:

O prazo prescricional, por sua vez, somente começa a fluir a partir da constatação dos defeitos de construção os quais entretanto surgiram de forma gradual, progressiva, não permitindo assim a marcação precisa da sua eclosão, diante do que aplica-se o prazo geral, não o específico de um ano.

Nesse sentido a jurisprudência:

"INDENIZAÇÃO - Seguro de construção - Prescrição reconhecida em primeiro grau - Inadmissibilidade na espécie - Danos contínuos e permanentes, não podendo ser estabelecida uma data para o início do prazo prescricional, bem como perdurar a responsabilidade pelo prazo de garantia de cinco anos, sendo que o prazo prescricional é o comum, de 20 anos, contado de quando surgiram os defeitos - Inteligência do artigo 1.245 do Código Civil - Sentença anulada - Recurso provido. (Apelação Cível n. 3.898- 4 - Santos - 5ª Câmara de Direito Privado - Relator: Christiano Kuntz - 19.02.98 - V.U.)" (...)

"PRESCRIÇÃO - Ação de indenização por danos que seriam cobertos por seguro habitacional, julgada extinta - Prazo anual - Inocorrência - Inaplicabilidade do disposto no artigo 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916, mais o artigo 117 do mesmo estatuto - Recurso provido (Apelação Cível n. 172.862-4/9-00 - Comarca de Santos) - 10ª

Segundo o STJ:

SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. AÇÃO DE COBRANÇA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO AGENTE FINANCEIRO POR VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. PRESCRIÇÃO. FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. SÚMULA 7.(...)

II - O Acórdão recorrido destaca que independentemente do prazo prescricional a ser considerado, não se poderia cogitar da prescrição, porque, pela natureza dos danos, eles só vieram a se exteriorizar ao longo dos anos, não sendo possível precisar com segurança o termo inicial da prescrição. Não tendo o acórdão recorrido fixado um termo inicial para a contagem do prazo prescricional não é possível, em sede de recurso especial, reconhecer o advento da prescrição.

Agravo Regimental improvido.

(AgRg no Ag 1287521/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 04/05/2011)

Pelas razões expostas, não há como ser acolhida a prescrição anual, motivo pelo qual **rejeito** a questão.

### **Análise da questão de cerceamento de defesa e dever de custear a perícia**

A seguradora agravante alega ter o magistrado singular afrontado a Constituição e a legislação processual ao não ter deferido provas requeridas, tendo o juízo considerado relevante para o feito o deferimento da prova pericial.

Considerando o objeto da lide envolver ação de indenização securitária entendendo acertado o procedimento do juiz singular em limitar a produção probatória à análise pericial definidora da existência ou não dos vícios construtivos alegados na ação, ressaltando tal pleito ter sido formulado pela seguradora, sendo desnecessária prova oral para tal finalidade.

Assim, não procede a argumentação de cerceamento aduzida pela agravante, uma vez assistir razão ao juízo sentenciante em instruir o feito para posteriormente julgar com base em elementos suficientes para tal desiderato, sendo desnecessária a dilação para produzir provas consideradas inúteis ao mérito da contenda.

Ora, a expedição de ofício a órgãos públicos não é providência a ser executada pelo Judiciário, especialmente não havendo notícia de recusa no fornecimento de informações por parte de qualquer órgão.

Humberto Theodoro Júnior confirma a posição ora adotada pronunciando-se acerca da questão em evidência nos seguintes termos:

Embora a regra seja a admissibilidade da ouvida de testemunha em todos os processos, **O CÓDIGO PERMITE AO JUIZ DISPENSAR ESSA PROVA ORAL, QUANDO A PROVA DOCUMENTAL FOR SUFICIENTE PARA FORNECER OS DADOS ESCLARECEDORES DO LITÍGIO**, ou quanto inexistirem fatos controvertidos a apurar, CASOS EM QUE O JULGAMENTO DA LIDE PODERÁ SER ANTECIPADO

254  
1

E PROFERIDO ATÉ MESMO SEM AUDIÊNCIA, SE CONFIGURADAS AS HIPÓTESES DO ARTIGO 330.<sup>7</sup> (grifos)

Ademais, respalda a compreensão formulada, jurisprudência firme do STJ sobre a matéria, consoante se infere das decisões abaixo transcritas:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO. PROCURAÇÃO. VÍCIO DE VONTADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO-CABIMENTO. ART. 333, I, DO CPC. **CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA.** AFERIÇÃO DA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE NOVAS PROVAS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO CARREADO AOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRESCINDIBILIDADE.

1. Nos expressos termos do art. 333, I, do CPC, o ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo do seu direito.

**2. A DECISÃO PELA NECESSIDADE, OU NÃO, DA PRODUÇÃO DE PROVA É UMA FACULDADE DO MAGISTRADO, A QUEM CABERÁ AVALIAR SE HÁ NOS AUTOS ELEMENTOS E PROVAS SUFICIENTES PARA FORMAR SUA CONVICÇÃO.(...)**

(REsp 242.021/DF, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/02/2009, DJe 02/03/2009)

E mais:

PROCESSO CIVIL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. NATUREZA EXTRAORDINÁRIA DO RECURSO ESPECIAL. RECURSO DESPROVIDO.

**1. CONSTANTES DOS AUTOS ELEMENTOS DE PROVA DOCUMENTAL SUFICIENTES PARA FORMAR O CONVENCIMENTO DO JULGADOR, INOCORRE CERCEAMENTO DE DEFESA SE JULGADA ANTECIPADAMENTE A CONTROVERSIA.**

2. A desconstituição do entendimento firmado pelas instâncias ordinárias quanto a apreciação da prova esbarra, no patamar do recurso especial, na natureza extraordinária deste, consoante posicionamento sumulado. (agrg no ag 14952/df, rel. ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. quarta turma, julgado (em 04/12/1991, dj 03/02/1992 p. 472) (grifos)

E ainda:

Tendo o magistrado elementos suficientes para o esclarecimento da questão, fica o mesmo autorizado a dispensar a produção de quaisquer provas, ainda que já tenha saneado o feito, podendo julgar antecipadamente a lide, sem que isso configure cerceamento de defesa" (STJ-6aT, Resp 57.861-GO, Min. Anselmo Santiago. v.u., DJU 23.3.98, p. 178).

Dessa forma, não há relevância para o deslinde da controvérsia a realização de outras provas, restando acertada a medida tomada pelo juízo originário em proceder com a determinação de realização de prova pericial.

Ademais, quanto ao dever de a seguradora arcar com a perícia destaco a presente questão envolver demanda reiteradamente apresentada ao Judiciário, ensejando posicionamento uniforme, primando pelos princípios da igualdade e da segurança jurídica.

Considerando a plausibilidade do direito invocado pelos autores, com respaldo em consolidado entendimento jurisprudencial deste Tribunal sobre a matéria, não merece reparos a decisão recorrida que determinou o custeio da perícia por parte da seguradora.

<sup>7</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Rio de Janeiro: Forense, 2000, 1º volume.

Assim, levando-se em conta o feito originário envolver visível relação de consumo é plenamente aplicável o CDC, cabendo a inversão do ônus da prova à seguradora. Consequentemente, diante da relevância da perícia no feito e sendo de interesse da seguradora a prova não arcando com seu custeio sofrerá a consequência da não produção do ato, conduzindo a veracidade das alegações autorais.

**Ademais, destaco apenas a seguradora formulou pedido de provas na instância originária, consoante se infere às fls. 286/287 dos autos.**

Nesse sentido transcrevo diversos julgados a respeito do tema:


**AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CPC. SFH. HONORÁRIOS PERICIAIS. APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRECEDENTES DO STJ. REDUÇÃO DOS VALORES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. CPCCDC- Conjunto Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação. Vícios de construção. Necessidade de perícia.- Aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Inversão do ônus da prova. STJ. Código de Defesa do Consumidor- Moradores que não possuem condições financeiras de arcar com os honorários do perito. Perícia que deve ser custeada pela Seguradora.- (...)**

(RA n. 2773433 PE 0015071-77.2012.8.17.0000, Relator: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, Data de Julgamento: 24/10/2012, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 203)(grifos)

Consta do inteiro teor do julgado acima transcrito:

Analisando os documentos supracitados, encontramos o seguinte: a) "fls. 269" (fls. 126, de acordo com a numeração mais recente): "A ré protesta pela produção de prova oral em audiência, depoimento pessoal dos autores sob pena de confissão e juntada de novos documentos, inclusive parecer técnico."; b) "fls. 587" (fls. 182, de acordo com a numeração mais recente): "Juntada de novos documentos, em especial parecer técnico de engenharia.".

Nesse sentido, questionamos se, ao usar a terminologia "parecer técnico", a Seguradora Agravante, em sua defesa, requisitou ou não a prova pericial.



O artigo 427 do CPC assim determina: "O juiz poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem sobre as questões de fato pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes".

Então, o julgador poderá dispensar a prova pericial se, na contestação, for apresentado parecer técnico que possa esclarecer o caso concreto.

Em consonância com este dispositivo legal, a Pessoa Jurídica Agravante deveria ter juntado o parecer técnico que almejava produzir, a fim de que pudesse ser dispensada a prova pericial. Ao contrário, apenas pleiteou pela juntada do respectivo meio de prova.

Contudo, em virtude da defesa de um processo mais compatível com a atual ordem jurídica, não é possível se prender a meras terminologias, ensejando o entendimento de que, na verdade, houve um pleito de produção de prova pericial pela Agravante.

Dessa forma, entendo não deva ser modificada a decisão agravada que determinou a realização de perícia.

Diante do exposto, nos termos do artigo 557, *caput* do CPC, **NEGO SEGUIMENTO** ao presente Agravo de Instrumento, mantendo a decisão agravada pelos seus próprios termos.

Publique-se.

Recife,

**Eduardo Sertório Canto**  
Desembargador Relator

Dessa forma, é visível ter havido a profunda apreciação por parte deste juízo acerca de todas as alegações trazidas no recurso, restando acima reproduzidas, não havendo razão para ser reformada a decisão terminativa recorrida.

Em face do exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente agravo legal, mantendo a decisão terminativa em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator